



PROVA



CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM/MS

Concurso Público 01/2026

CARGO: Controlador Interno

TURNO: Manhã

INSTRUÇÕES GERAIS

01. **DURAÇÃO DA PROVA: 3 (três) horas, incluído o tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.**
02. **Verifique se o seu CADERNO DE QUESTÕES está completo, com 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla-escolha, e se o seu tipo de prova (A ou B) é compatível com a sua FOLHA DE RESPOSTAS (A ou B).**
03. Cada questão possui 4 (quatro) alternativas do tipo A, B, C, D. Assinalar apenas uma das alternativas na FOLHA DE RESPOSTAS.
04. O preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS é de inteira responsabilidade do candidato.
05. **Em hipótese alguma a FOLHA DE RESPOSTAS será substituída por erro do candidato, mesmo em caso de rasuras ou marcações indevidas.**
06. Na FOLHA DE RESPOSTAS, verifique se seus dados estão corretamente preenchidos.
07. As questões estão representadas pelos seus respectivos números na FOLHA DE RESPOSTAS.
08. **As marcações na FOLHA DE RESPOSTAS deverão ser feitas com caneta esferográfica de tinta AZUL OU PRETA.**
09. Durante a realização das provas, NÃO se permitirá consulta a materiais diversos nem comunicação entre os candidatos.
10. **É expressamente proibido o uso de qualquer equipamento eletrônico no local de provas, inclusive qualquer tipo de relógio digital ou analógico.**
11. Os objetos não permitidos deverão ser guardados em sacos invioláveis e opacos, disponibilizados pelos fiscais do IAN.
12. **Somente será permitido ao candidato sair do local de provas depois de transcorrido o tempo de 1 (uma) hora de prova, mediante a ENTREGA OBRIGATÓRIA da sua FOLHA DE RESPOSTAS e do seu CADERNO DE QUESTÕES ao fiscal de sala.**
13. **O candidato poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES somente depois de transcorrido o tempo de 2 (duas) horas de prova.**
14. **Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados juntos quando todos concluírem as suas respectivas provas.**



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

A ilusão da eficiência

Em tempos de intensa digitalização dos serviços públicos, tornou-se comum associar o avanço tecnológico à ideia de eficiência administrativa. Entretanto, a mera incorporação de ferramentas digitais não assegura, por si só, a melhoria dos serviços prestados ao cidadão. A tecnologia, quando desacompanhada de planejamento, de capacitação permanente dos servidores e de mecanismos de controle, converte-se em instrumento estéril, incapaz de produzir os resultados que dela se esperam.

Não raro, administrações públicas investem vultosos recursos em sistemas informatizados sem previamente redefinir seus processos internos. Cria-se, então, a falsa impressão de modernização, quando, em verdade, apenas se transferem para o ambiente digital as mesmas deficiências que já comprometiam os procedimentos tradicionais.

A eficiência administrativa exige mais do que equipamentos sofisticados ou plataformas eletrônicas de última geração. Requer, sobretudo, a construção de uma cultura institucional baseada no planejamento, na transparência e na avaliação contínua dos resultados. Sem esses pilares, a tecnologia deixa de ser instrumento de transformação para tornar-se mero ornamento burocrático.

Por isso, a verdadeira inovação na Administração Pública não reside simplesmente na aquisição de novos sistemas, mas na capacidade de repensar práticas, corrigir distorções e colocar o interesse público acima do fascínio pelas soluções tecnológicas.
(Celso Magalhães – Texto adaptado)

01. A ideia central defendida pelo autor do texto é:

- (A) A Administração Pública deve substituir todos os seus métodos tradicionais por soluções digitais.
- (B) A eficiência administrativa depende exclusivamente da modernização tecnológica.
- (C) A tecnologia somente produz resultados positivos quando acompanhada de mudanças estruturais e de planejamento.
- (D) Os sistemas informatizados são responsáveis pelas deficiências da Administração Pública.

02. No trecho "... fascínio pelas soluções ...", a palavra destacada pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por

- (A) repulsa.
- (B) encantamento.
- (C) hesitação.
- (D) estranhamento.

03. Considere o seguinte trecho do texto: "Não raro, administrações públicas investem vultosos recursos em sistemas informatizados...". Assinale a alternativa em que:

I. a expressão destacada foi corretamente substituída por termo ou expressão de sentido equivalente; e

II. todas as palavras estão grafadas de acordo com a ortografia oficial vigente.

- (A) I. Frequentemente; II. exceção – paralização – pretensão.
- (B) I. Esporadicamente; II. análise – excessão – apreensão.
- (C) I. Amiúde; II. exigência – paralisação – pretensão.
- (D) I. Incomumente; II. análise – paralização – pretensão.

04. Em "...quando, em verdade, apenas se transferem para o ambiente digital...", a colocação pronominal empregada é um caso de

- (A) próclise obrigatória.
- (B) ênclise obrigatória.
- (C) mesóclise.
- (D) próclise facultativa.

05. Considere os trechos: "... as mesmas deficiências que já comprometiam ..." e "A eficiência administrativa exige mais do que equipamentos sofisticados...". Assinale a alternativa em que a análise morfosintática e semântica dos elementos destacados está CORRETA.

- (A) O pronome relativo “que” exerce a função de objeto direto, e a preposição “de” exprime ideia de origem.
- (B) O pronome relativo “que” exerce a função de sujeito da forma verbal “comprometiam”, e a preposição “de” estabelece relação semântica de comparação.
- (C) O pronome relativo “que” exerce a função de complemento nominal, e a preposição “de” indica instrumento.
- (D) O pronome relativo “que” exerce a função de adjunto adnominal, e a preposição “de” estabelece relação de posse.

06. Considere o período "Sem esses pilares, a tecnologia deixa de ser instrumento de transformação para tornar-se mero ornamento burocrático". A oração destacada é

- (A) oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.
- (B) oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (C) oração subordinada adjetiva restritiva.
- (D) oração coordenada sindética conclusiva.

07. Em "Cria-se, então, a falsa impressão de modernização...", o sujeito da forma verbal destacada é

- (A) inexistente.
- (B) simples.
- (C) composto.
- (D) indeterminado.

08. No trecho "Requer, sobretudo, a construção de uma cultura institucional...", a vírgula empregada após “sobretudo” justifica-se por

- (A) separar oração subordinada.
- (B) isolar expressão adverbial intercalada.
- (C) separar aposto explicativo.
- (D) marcar elipse verbal.

09. Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está CORRETO.

- (A) A Administração Pública deve obedecer à princípios constitucionais.
- (B) O relatório foi encaminhado à qualquer servidor.
- (C) Os técnicos começaram à revisar os procedimentos.
- (D) Os gestores referiram-se à nova política de transparência.

10. Considere a reescritura do trecho: “A tecnologia, quando desacompanhada de planejamento, de capacitação permanente dos servidores e de mecanismos de controle, converte-se em instrumento estéril...”. Assinale a alternativa cuja redação está inteiramente de acordo com a norma-padrão, no que se refere à regência e à concordância nominal e verbal.

- (A) É necessária mudanças estruturais para que a tecnologia deixe de servir à práticas meramente burocráticas.
- (B) Bastante servidores mostraram-se favoráveis às medidas de modernização, embora permanecesse inalteradas as deficiências administrativas.
- (C) Permanecem indispensáveis à eficiência administrativa o planejamento, a capacitação permanente e os mecanismos de controle.
- (D) Fazem muitos anos que se assistem à sucessivas tentativas de modernização sem que hajam resultados concretos.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Segundo a Lei Orgânica, todos os institutos a seguir são competências privativas do Município de Jardim/MS, EXCETO

- (A) dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos.
- (B) planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana.
- (C) prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos domiciliar, hospitalar e de outros resíduos de qualquer natureza por administração direta, por terceiros através de concessão ou por cooperativas criadas com essa finalidade.
- (D) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

12. Além de outros casos previstos na Lei Orgânica, ao Município de Jardim/MS é vedado

- I. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- II. Recusar fé aos documentos públicos.
- III. Criar distinções entre brasileiros natos ou preferências entre si.

IV. Subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar a campanhas ou objetivos de estranhos à Administração e ao interesse público.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.

13. Analise as assertivas abaixo, à luz da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS:

I. O prazo de validade do concurso público municipal é de 2 (dois) anos, admitida uma única prorrogação por igual período.

II. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o candidato aprovado em concurso público possui preferência para assumir cargo ou emprego na carreira em relação a novos concursados.

III. A não observância das regras relativas à investidura em cargo público e ao prazo de validade do concurso público implica nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

IV. O Município admite a nomeação de parentes consanguíneos até o terceiro grau para cargos em comissão, desde que haja prévia autorização legislativa.

Estão CORRETAS

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.

14. À luz das normas relativas aos servidores públicos municipais de Jardim/MS, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos exclusivamente por servidores efetivos.
- (B) É vedada, em qualquer hipótese, a acumulação remota de cargos públicos.
- (C) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado em cargo compatível com sua limitação física ou mental, mantida a remuneração do cargo de origem.
- (D) Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor poderão ser computados para concessão de acréscimos ulteriores, desde que decorram de lei específica.

15. Assinale a alternativa que constitui espécie normativa privativa do Poder Legislativo e que independe de sanção do Chefe do Poder Executivo.

- (A) Decreto regulamentar.
- (B) Portaria.
- (C) Lei ordinária.
- (D) Decreto legislativo.

16. À luz da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, analise as afirmativas a seguir.

I. Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, este será reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

II. O servidor estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, também assegurada ampla defesa.

III. A aquisição da estabilidade ocorre automaticamente após três anos de efetivo exercício, independentemente de avaliação especial de desempenho.

IV. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio de previdência social, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.

17. Considere a seguinte situação hipotética: “Em 1º de março, o Prefeito Municipal encaminhou projeto de lei de sua iniciativa e solicitou urgência em sua apreciação. Decorridos 30 (trinta dias), a Câmara Municipal não apreciou a proposição. Simultaneamente, tramitavam projeto de lei complementar e veto do Prefeito pendente de deliberação.”. À luz da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O projeto em regime de urgência sobrestará todas as demais matérias, inclusive projetos de lei complementar e vetos.
- (B) O projeto em regime de urgência sobrestará as demais proposições, ressalvados os vetos e os projetos de lei complementar.
- (C) O veto terá preferência absoluta sobre qualquer outra matéria.
- (D) O projeto em regime de urgência será automaticamente considerado aprovado.

18. Sobre a perda do mandato de Vereador, analise os itens:

I. O Vereador perderá o mandato se deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada.

II. O Vereador que sofrer condenação criminal transitada em julgado terá a perda do mandato declarada pela Mesa Diretora.

III. O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal não perderá o mandato.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.

19. Considere as seguintes assertivas, à luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jardim/MS:

I. A função integrativa da Câmara Municipal é exercida mediante a cooperação das associações representativas na elaboração das leis municipais.

II. A aprovação de Projeto de Lei Complementar, a realização de Sessão Secreta e a aprovação de título honorífico submetem-se ao mesmo quórum deliberativo.

III. O Vereador que faltar, sem motivo justificado, a quatro Sessões Ordinárias consecutivas sujeita-se à penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, ainda que posteriormente obtenha licença para tratar de interesse particular.

IV. A rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito exige o voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

20. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jardim/MS, analise as assertivas:

I. A investidura em cargo público ocorre com a posse, sendo a nomeação apenas uma das formas de provimento previstas no Estatuto.

II. A progressão funcional consiste na movimentação do servidor para a referência imediatamente superior, dentro da mesma classe, observando-se o critério de antiguidade, enquanto a ascensão funcional corresponde à elevação do servidor para classe imediatamente superior dentro da respectiva categoria.

III. A transferência de servidor estável para cargo de denominação diversa depende de habilitação em concurso público e poderá, nessa hipótese, ocorrer com alteração do valor do vencimento.

IV. O acesso consiste na investidura em função de direção, chefia, assessoramento ou assistência, inclusive quando se tratar de função de livre nomeação e exoneração.

V. O Estatuto prevê expressamente adicionais de insalubridade, periculosidade, serviço extraordinário, férias e adicional noturno, os quais possuem fatos geradores distintos e, em tese, podem ser percebidos cumulativamente, desde que preenchidos os respectivos requisitos legais.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas V e VI estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Determinada Prefeitura criou, por lei específica, entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa para gerir o sistema municipal de saneamento. Posteriormente, o Prefeito editou decreto regulamentando as atividades da entidade e determinou a revogação de autorização anteriormente concedida a particular para utilização de bem público, em razão de superveniente interesse público. À luz do Direito Administrativo, analise as afirmativas:

- I. A entidade criada integra a Administração Indireta e possui capacidade de autoadministração, sujeitando-se ao controle finalístico do ente instituidor.
- II. O decreto regulamentar constitui manifestação do poder regulamentar, espécie do poder normativo da Administração.
- III. A revogação do ato administrativo, por razões de conveniência e oportunidade, decorre do exercício da autotutela administrativa.
- IV. Os atos administrativos discricionários são imunes ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- V. A criação de entidade da Administração Indireta dispensa autorização legislativa quando se tratar de pessoa jurídica de direito público.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.

22. Em processo administrativo instaurado para apurar irregularidades na contratação de determinado serviço público, verificou-se que servidor efetivo recebeu vantagem indevida de empresa contratada e deixou de praticar ato de ofício de sua competência. À luz dos princípios da administração pública, do processo administrativo e da responsabilização dos agentes públicos, analise as afirmativas:

- I. A responsabilização administrativa do agente é independente das esferas civil e penal, ressalvadas as hipóteses legais de repercussão obrigatória.
- II. O processo administrativo disciplinar deve observar os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
- III. O recebimento de vantagem indevida pode caracterizar violação aos deveres de integridade e ensejar responsabilização administrativa, civil e penal.
- IV. O exercício do poder disciplinar prescinde de motivação, diante da supremacia do interesse público.
- V. Os programas de integridade e compliance público possuem caráter meramente consultivo, não constituindo instrumentos de prevenção de ilícitos administrativos.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.

23. Após falha na prestação de serviço público municipal, diversos usuários sofreram prejuízos materiais. O Município instaurou procedimento de apuração, enquanto a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas iniciaram fiscalizações sobre a execução contratual e sobre os mecanismos de controle interno existentes. À luz do Direito Administrativo, analise as afirmativas:

- I. A responsabilidade civil do Estado pelos danos causados aos usuários do serviço público possui natureza objetiva, assegurado o direito de regresso contra o agente responsável em caso de dolo ou culpa.
- II. O controle da Administração Pública admite a atuação concomitante do controle interno, do controle externo e do controle social.
- III. A governança pública compreende mecanismos de liderança, estratégia e controle voltados à avaliação, ao direcionamento e ao monitoramento da gestão pública.
- IV. Os serviços públicos submetem-se aos princípios da continuidade, da eficiência e da modicidade, entre outros.
- V. O controle externo exercido pelo Poder Legislativo autoriza a substituição do administrador na prática de atos de gestão.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.

24. Analise as afirmativas:

- I. O controle interno atua apenas de forma repressiva e posterior.
- II. Gestão de riscos e mapeamento de processos constituem mecanismos preventivos de controle.
- III. Os controles classificam-se em preventivos, detectivos e corretivos.
- IV. O controle interno integra o sistema de accountability.
- V. O COSO contempla ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento.
- VI. Relatórios e recomendações do controle interno vinculam integralmente o gestor.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, II, III e V, apenas.
- (B) II, IV, V e VI, apenas.
- (C) I, III, IV e VI, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.

25. Analise as afirmativas:

- I. O controle interno, o controle externo e o controle social podem atuar simultaneamente.**
- II. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial é atribuição exclusiva dos Tribunais de Contas.**
- III. O planejamento anual de auditoria permite priorizar riscos e organizar as atividades de controle.**
- IV. Relatórios, pareceres e recomendações do controle interno subsidiam a tomada de decisão administrativa.**
- V. O controle administrativo, legislativo e judicial constituem modalidades de controle da Administração Pública.**
- VI. Transparência e acesso à informação fortalecem o controle social e a accountability.**
- VII. O controle interno não examina a legalidade e a economicidade dos atos administrativos.**

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, II, III, V e VII, apenas.
- (B) I, III, IV, V e VI, apenas.
- (C) II, III, IV, VI e VII, apenas.
- (D) I, III, IV, V, VI e VII, apenas.

26. No curso de auditoria realizada em determinado órgão público, a equipe elaborou matriz de risco, avaliou os controles internos, aplicou testes de conformidade e de desempenho, examinou documentos e registros eletrônicos, reuniu evidências, elaborou papéis de trabalho e, ao final, emitiu relatório contendo achados, recomendações e plano de monitoramento. À luz das normas de auditoria governamental, analise as afirmativas:

- I. A auditoria operacional tem por finalidade avaliar aspectos relacionados à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais.**
- II. A auditoria de conformidade objetiva verificar a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis aos atos de gestão.**
- III. Os papéis de trabalho constituem registros das evidências obtidas e do trabalho executado, servindo de suporte às conclusões do auditor.**
- IV. Os achados de auditoria devem estar fundamentados em evidências suficientes e apropriadas, obtidas mediante procedimentos de auditoria.**
- V. A matriz de risco e os indicadores de desempenho são instrumentos utilizados exclusivamente em auditorias operacionais, sendo incompatíveis com auditorias de conformidade e de gestão.**
- VI. O monitoramento das recomendações integra o ciclo de auditoria e objetiva verificar a implementação das medidas corretivas propostas.**
- VII. A avaliação dos controles internos e a utilização de trilhas de auditoria constituem procedimentos relevantes para a identificação de riscos, falhas e irregularidades.**

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II, III, V e VI estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III, IV, V e VII estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III, IV, VI e VII estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II, III, IV, VI e VII estão corretas.

27. Durante a execução do orçamento municipal, verificou-se a abertura de créditos adicionais, inscrição de despesas em restos a pagar, necessidade de limitação de empenho em razão de frustração de receitas e extrapolação de limites fiscais, além da publicação dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. À luz da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000, analise as afirmativas:

- I. O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.**
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as metas e prioridades da Administração Pública e compreende as metas fiscais.**
- III. As receitas públicas classificam-se em correntes e de capital, assim como as despesas públicas, que também se subdividem em correntes e de capital.**
- IV. Os créditos adicionais suplementares e especiais dependem de autorização legislativa e da indicação dos recursos correspondentes.**
- V. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal constituem instrumentos de transparência fiscal e de controle da execução orçamentária e dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.**
- VI. O resultado primário corresponde à diferença entre receitas e despesas não financeiras, enquanto o resultado nominal está relacionado à variação do montante da dívida pública.**
- VII. O cronograma de desembolso e a programação financeira são instrumentos destinados a disciplinar a execução financeira e a assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas.**
- VIII. As despesas inscritas em restos a pagar dispensam disponibilidade financeira para sua cobertura, por já terem sido regularmente empenhadas.**
- IX. A prestação de contas, o controle das metas fiscais e a observância dos limites de despesa com pessoal e endividamento integram o regime de responsabilidade na gestão fiscal.**

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II, III, IV, VI, VII e IX estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III, IV, V, VI, VIII e IX estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II, III, IV, V, VI, VII e IX estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, III, V, VI, VII, VIII e IX estão corretas.

28. Ao final do exercício financeiro, determinado ente público elaborou suas demonstrações contábeis, inscreveu restos a pagar, registrou operações da dívida pública e apresentou a prestação de contas anual. À luz da Lei nº 4.320/1964, do MCASP e das NBC TSP, analise as afirmativas:

I. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem por objeto o patrimônio público e evidencia as situações orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

II. As receitas e despesas sob o enfoque patrimonial são reconhecidas, em regra, pelo regime de competência.

III. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) padroniza os registros contábeis e viabiliza a consolidação das contas públicas.

IV. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas representam, respectivamente, fatos que aumentam ou reduzem o patrimônio líquido.

V. As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público evidenciam aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais da entidade.

VI. Os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício.

VII. O sistema de custos aplicado ao setor público possui finalidade exclusivamente gerencial, sendo vedada sua utilização para avaliação de desempenho e apoio à tomada de decisões.

VIII. O controle patrimonial, a prestação e tomada de contas e o adequado registro da dívida pública constituem instrumentos de accountability e evidenciação patrimonial.

Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Apenas as afirmativas I, II, III, IV, V, VI e VIII estão corretas.

(B) Apenas as afirmativas I, II, III, IV, VI e VIII estão corretas.

(C) Apenas as afirmativas II, III, IV, V, VII e VIII estão corretas.

(D) Apenas as afirmativas I, III, V, VI, VII e VIII estão corretas.

29. À luz da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas:

I. O planejamento das contratações compreende, entre outros instrumentos, o Plano Anual de Contratações e a gestão de riscos, visando à racionalização das aquisições e à melhoria da governança.

II. O agente de contratação é responsável pela condução do certame, podendo ser auxiliado por equipe de apoio e respondendo pelos atos que praticar, nos limites de suas atribuições.

III. A dispensa e a inexigibilidade de licitação constituem hipóteses de contratação direta, embora possuam pressupostos jurídicos distintos.

IV. As fases da licitação, em regra, desenvolvem-se na seguinte sequência: preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, recursal e homologação.

V. A gestão e a fiscalização contratual, bem como a aplicação de sanções administrativas, integram a fase de execução contratual e submetem-se aos mecanismos de controle das contratações públicas.

VI. O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) possui caráter meramente facultativo, destinando-se exclusivamente à divulgação de editais.

VII. Os princípios da legalidade, da impessoalidade, da transparência, da segregação de funções, do planejamento e da eficiência informam o regime jurídico das licitações e contratos administrativos.

VIII. A contratação direta por inexigibilidade pressupõe inviabilidade de competição, ao passo que a dispensa decorre de autorização legal para afastamento da licitação, ainda que, em tese, seja possível a competição.

Está CORRETO o que se afirma em

(A) I, II, III, V, VI e VIII, apenas.

(B) I, II, III, IV, V, VII e VIII, apenas.

(C) II, III, IV, VI, VII e VIII, apenas.

(D) I, III, IV, V, VI e VII, apenas.

30. À luz da Constituição Federal, da LC nº 101/2000 e das Leis nº 8.429/1992, nº 12.527/2011, nº 12.846/2013 e nº 13.709/2018, analise as afirmativas a seguir:

I. Os sistemas de controle interno devem apoiar o controle externo e avaliar o cumprimento das metas e dos programas governamentais.

II. A transparência fiscal compreende, entre outros instrumentos, as prestações de contas, o RREO e o RGF.

III. O direito de acesso à informação é absoluto, não admitindo limitações decorrentes da proteção de dados pessoais.

IV. A responsabilização da pessoa jurídica por atos lesivos à Administração Pública independe da responsabilização individual das pessoas naturais envolvidas.

V. O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública deve observar finalidades públicas e o interesse público.

VI. Os atos de improbidade podem ensejar sanções civis, sem prejuízo de outras responsabilidades legalmente cabíveis.

VII. O controle interno não possui competência para expedir recomendações aos gestores.

VIII. O descumprimento dos limites fiscais pode ensejar restrições e responsabilização do gestor.

Está CORRETO o que se afirma em

(A) I, II, III, IV, V e VIII, apenas.

(B) II, III, IV, VI, VII e VIII, apenas.

(C) I, II, IV, V, VI e VIII, apenas.

(D) I, III, V, VI, VII e VIII, apenas.

31. Analise as afirmativas:

- I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública é exercida quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- II. Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários.
- III. Os balanços públicos e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público evidenciam a situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.
- IV. O Decreto-Lei nº 200/1967 consagra o controle como princípio fundamental da Administração Federal, prevendo sua realização em todos os níveis e em todos os órgãos.
- V. As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público e as normas dos Tribunais de Contas exigem que os achados de auditoria estejam suportados por evidências suficientes e apropriadas.
- VI. O controle interno e o controle externo possuem competências concorrentes e excludentes, de modo que a atuação de um impede a atuação do outro sobre os mesmos fatos.
- VII. O MCASP e as NBC TSP orientam o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos fatos contábeis no setor público.
- VIII. A receita pública, a despesa pública e a execução orçamentária constituem objetos de acompanhamento pelos órgãos de controle, inclusive para fins de prestação de contas e responsabilização.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV, VI e VIII, apenas.
- (B) II, III, IV, V, VI e VII, apenas.
- (C) I, III, V, VI, VII e VIII, apenas.
- (D) I, II, III, IV, V, VII e VIII, apenas.

32. À luz da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal, analise as afirmativas:

- I. A função legislativa constitui atividade típica da Câmara Municipal, sem prejuízo do exercício de funções atípicas de natureza administrativa, fiscalizatória e julgadora.
- II. As comissões legislativas, permanentes ou temporárias, possuem competência para emitir pareceres, realizar estudos, promover audiências públicas e exercer atribuições fiscalizatórias previstas no ordenamento jurídico.
- III. A Comissão Parlamentar de Inquérito, observados os requisitos constitucionais e regimentais, possui poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não podendo, contudo, exercer função jurisdicional nem aplicar sanções penais.
- IV. O controle parlamentar compreende, entre outros instrumentos, a apreciação das contas do Chefe do Poder Executivo, a convocação de autoridades, os pedidos de informação e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município.

V. As sessões legislativas, as espécies normativas e o processo legislativo municipal submetem-se simultaneamente às normas da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, observados os limites de competência de cada instrumento normativo.

VI. O Regimento Interno da Câmara Municipal pode inovar livremente em matéria de processo legislativo e de competências dos órgãos legislativos, ainda que em desconformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Constituição Federal.

VII. A iniciativa legislativa, a tramitação das proposições, as deliberações plenárias e a atuação das comissões integram o processo legislativo e sujeitam-se ao controle de constitucionalidade e de legalidade.

VIII. A fiscalização parlamentar e o controle exercido pela Câmara Municipal não autorizam a substituição do Poder Executivo na prática de atos de gestão administrativa.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III, IV, V, VII e VIII, apenas.
- (B) I, II, III, V, VI e VIII, apenas.
- (C) II, III, IV, V, VI e VII, apenas.
- (D) I, III, IV, VI, VII e VIII, apenas.

33. Analise as afirmativas:

I. O controle patrimonial abrange o registro, a movimentação, o inventário, a depreciação, a reavaliação e o desfazimento dos bens públicos.

II. O tombamento consiste no registro administrativo do bem para fins de identificação e controle patrimonial.

III. O inventário patrimonial anual limita-se à conferência física dos bens móveis.

IV. A depreciação e a reavaliação visam evidenciar, respectivamente, a perda de valor e a adequação do valor contábil dos bens.

V. O desfazimento de bens públicos pode ocorrer mediante alienação, transferência, doação ou inutilização, observada a legislação aplicável.

VI. O almoxarifado é responsável exclusivamente pelo controle de materiais permanentes.

VII. O controle de materiais permanentes e de consumo exige registros e mecanismos de rastreabilidade.

VIII. A gestão patrimonial não produz efeitos contábeis nem influencia a prestação de contas.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, II, III, V e VII, apenas.
- (B) I, II, IV, V e VII, apenas.
- (C) II, III, IV, VI e VIII, apenas.
- (D) I, IV, V, VI e VIII, apenas.

34. À luz do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR) e das normas de redação oficial, analise as afirmativas:

I. A Redação Oficial orienta-se, entre outros atributos, pela clareza, concisão, objetividade, coesão, coerência, formalidade e uso da norma-padrão da Língua Portuguesa.

II. O parecer técnico caracteriza-se pela manifestação especializada destinada à análise e à fundamentação de determinada matéria, podendo subsidiar a tomada de decisão administrativa.

III. O relatório técnico destina-se exclusivamente à emissão de opinião conclusiva sobre questão jurídica, substituindo o parecer sempre que houver recomendação ao gestor.

IV. A correspondência oficial e as comunicações administrativas devem observar padronização formal, impessoalidade e identificação do signatário e do órgão expedidor.

V. A elaboração de documentos oficiais exige linguagem rebuscada e expressões de tratamento cerimoniais, ainda que comprometam a objetividade e a clareza do texto.

VI. O Manual de Redação da Presidência da República constitui referência para a elaboração de expedientes oficiais e para a uniformização das comunicações na Administração Pública.

VII. O emprego da linguagem simples e precisa, sem prejuízo da formalidade administrativa, é compatível com os princípios da Redação Oficial.

VIII. O parecer técnico, o relatório técnico e as demais comunicações administrativas integram os instrumentos de documentação e formalização dos atos da Administração Pública.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV, VI e VIII, apenas.
- (B) I, II, IV, V, VI e VII, apenas.
- (C) I, II, IV, VI, VII e VIII, apenas.
- (D) II, III, V, VI, VII e VIII, apenas.

35. À luz dos princípios da ética no serviço público e da responsabilidade funcional dos agentes públicos, analise as afirmativas:

I. A ética administrativa constitui parâmetro de legitimidade da atuação estatal, exigindo do agente público comportamento compatível com a moralidade administrativa, ainda que formalmente amparado pela legalidade.

II. O exercício das atividades de controle governamental exige observância dos deveres de independência, integridade, objetividade e sigilo profissional, sem prejuízo do dever de transparência nos limites legais.

III. O conflito de interesses configura-se apenas quando o agente público obtém vantagem econômica direta, sendo irrelevantes interesses privados de natureza pessoal, familiar ou profissional.

IV. O dever de sigilo funcional não impede o fornecimento de informações quando houver autorização legal, determinação judicial ou hipótese de transparência expressamente prevista no ordenamento jurídico.

V. A prevenção de fraudes e a promoção da integridade administrativa constituem mecanismos de governança e de controle destinados à redução de riscos e ao fortalecimento da confiança na Administração Pública.

VI. A violação dos deveres éticos e funcionais pode ensejar responsabilização administrativa do agente público, independentemente da eventual responsabilização civil e penal.

VII. A moralidade administrativa possui natureza meramente programática e não produz efeitos jurídicos para fins de controle dos atos praticados pela Administração Pública.

VIII. A conduta funcional do servidor exige observância dos deveres de lealdade institucional, imparcialidade e probidade, vedada a utilização do cargo para obtenção de benefícios pessoais ou de terceiros.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV, VI e VIII, apenas.
- (B) I, II, IV, V, VI e VIII, apenas.
- (C) II, III, V, VI e VII, apenas.
- (D) I, IV, V, VI, VII e VIII, apenas.

36. O Controle Interno de determinado Município identificou, durante auditoria operacional, a realização de despesas sem adequada programação financeira, a inscrição de restos a pagar sem suficiente disponibilidade de caixa e falhas na execução de controles preventivos. Em razão disso, expediu relatório contendo recomendações ao gestor e encaminhou informações ao Tribunal de Contas. Nesse caso, a atuação do órgão de controle interno está fundamentada

- (A) exclusivamente no poder disciplinar da Administração, sendo vedada a emissão de recomendações ao gestor.
- (B) nas funções de avaliação de controles, gestão de riscos e apoio ao controle externo, podendo emitir recomendações e comunicar irregularidades aos órgãos competentes.
- (C) apenas na competência de fiscalização contábil, sendo-lhe vedada a análise da gestão orçamentária e financeira.
- (D) exclusivamente nas competências do Tribunal de Contas, que podem ser exercidas por delegação.

37. Durante os trabalhos de uma CPI municipal, foram solicitados documentos do Poder Executivo, alguns contendo dados pessoais de terceiros. Nessa hipótese, é CORRETO afirmar que

- (A) a CPI pode aplicar sanções administrativas aos responsáveis pelas irregularidades apuradas.
- (B) todos os documentos devem ser divulgados integralmente, em razão do princípio da publicidade.
- (C) a atuação da CPI impede a fiscalização concomitante pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público.
- (D) o acesso às informações produzidas pela CPI deve compatibilizar a publicidade dos atos públicos com a proteção de dados pessoais legalmente tutelados.

38. Após realizar inventário patrimonial anual, uma Câmara Municipal constatou que diversos equipamentos permanentes estavam obsoletos e antieconômicos. Simultaneamente, foi instaurado procedimento para contratação de sistema eletrônico de gestão patrimonial, precedido de estudo técnico, análise de riscos e inclusão no Plano Anual de Contratações. À luz da legislação vigente, a situação descrita evidencia

- (A) a impossibilidade de desfazimento dos bens, por integrarem o patrimônio público.
- (B) a necessidade de licitação na modalidade concorrência para qualquer forma de alienação de bens móveis.
- (C) a observância do planejamento das contratações e da gestão patrimonial, admitindo-se o desfazimento dos bens na forma da legislação aplicável.
- (D) a vedação de utilização de instrumentos de gestão de riscos nas contratações públicas.

39. Durante auditoria realizada na Câmara Municipal, a Unidade de Controle Interno identificou:

- I. contratação direta sem adequada instrução processual e sem registro no PNCP;**
- II. inscrição de restos a pagar sem disponibilidade de caixa;**
- III. divergências entre o inventário patrimonial e os registros contábeis;**
- IV. publicação incompleta de dados no Portal da Transparência; e**
- V. existência de documentos contendo dados pessoais sensíveis sem observância dos protocolos de segurança da informação.**

Diante desse cenário, o Controlador Interno emitiu relatório com recomendações ao Presidente da Câmara, comunicou os fatos ao Tribunal de Contas e determinou a elaboração de plano de ação corretivo. À luz da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101/2000, das Leis nº 4.320/1964, nº 12.527/2011, nº 13.709/2018 e nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A atuação do Controle Interno limita-se à verificação da legalidade formal dos atos, sendo vedada a análise da economicidade, da gestão de riscos e da eficiência administrativa.
- (B) A comunicação ao Tribunal de Contas somente seria cabível após a instauração de processo administrativo disciplinar e o esgotamento das medidas internas de correção.
- (C) As irregularidades apontadas envolvem matérias de natureza contábil, patrimonial, fiscal, contratual e de transparência, inserindo-se nas competências constitucionais do Controle Interno, que pode expedir recomendações e apoiar o controle externo, sem prejuízo da responsabilização dos agentes envolvidos.
- (D) A existência de dados pessoais sensíveis impede qualquer compartilhamento de informações com os órgãos de controle, em razão da prevalência absoluta da Lei Geral de Proteção de Dados sobre os princípios da publicidade e da fiscalização administrativa.

40. A Controladoria de determinado Município implantou um sistema eletrônico integrado de controle interno, com armazenamento em nuvem, painéis de Business Intelligence (BI), assinatura digital de documentos e banco de dados destinado ao acompanhamento da execução orçamentária e contratual. Durante uma auditoria, os servidores elaboraram relatórios no Word, consolidaram dados no Excel, apresentaram resultados no PowerPoint e encaminharam documentos por correio eletrônico institucional. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que

- (A) o armazenamento em nuvem elimina a necessidade de políticas de backup e de segurança da informação, pois os dados permanecem integralmente protegidos pelo provedor do serviço.
- (B) a assinatura digital e os documentos eletrônicos dispensam mecanismos de autenticação e de controle de integridade, uma vez que possuem a mesma natureza dos documentos físicos.
- (C) os sistemas informatizados de gestão pública e as ferramentas de BI permitem a integração, o tratamento e a análise de dados para subsidiar a tomada de decisões, sem afastar a necessidade de controles de segurança da informação e de governança de dados.
- (D) a utilização de correio eletrônico institucional e de sistemas eletrônicos de controle interno impede o compartilhamento de informações entre órgãos públicos e inviabiliza a implementação de políticas de governo digital.